

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI № 308/83

A Câmara Municipal de Ivaipora, Estado do Parana, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

- Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Ivaipora, através do SASP, a fazer a concessão dos serviços de pavimentação asfáltica e obras complementares, por meio de contratos diretos entre os proprietários de imóveis e firma empreiteira.
- Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Ivaipora, Estado do Parana, através do Serviço Autônomo de Saneamento e Pavimentação SASP -, autorizado a fazer a concessão dos serviços de pavimentação asfáltica e respectivas obras complementares, a serem executados na zona urbana de Ivaipora, mediante contratos diretos entre os proprietarios de imóveis e firma empreiteira de comprovada idoneidade e vencedora de licitação a ser promovida pela Municipalidade, através do SASP.
 - § 1º O prazo da concessão referida neste artigo, será de no máximo 02 (dois) anos, podendo, entretanto, ser revogado a qualquer tempo, de comum acordo entre o Município, através do SASP, e a Concessionária, ou, pelo não cumprimento de clausulas contratuais que previrem tal hipótese.
 - § 2º O contrato de concessão se fará para a execução das obras em áreas continuas num máximo de 50.000,00 m2 (cinquenta mil metros quadrados), de acordo com projeto técnico a ser elaborado pelo Executivo Municipal, através do SASP.
- Art. 2º Os proprietários de imóveis, por si ou devidamente representados por seus procuradores ou demais representantes legais, solicitarão da Prefeitura Municipal, através do SASP, autorização para pavimentação, às suas expensas, mediante contrato com a firma empreiteira, com fiel cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura, através do SASP, e mediante sua fiscalização, dos trechos que pretendam venham a receber esse melhoramento urbano.
- Art. 3º A firma empreiteira submetera à aprovação da Prefeitura Municipal,

Recebido(s) nesta data:	
Noodbido(3) nesta data:	
0. L. nº 308/83	
Ivaiporã, 04 de 04 de 1983	
Camara Municipal de Ivaipors	
ido em sassão realizada em	
Em 04/04/83	,
Barrier and an analysis of the state of the	
C Marie Land	
The obline	
ENCAMINHE-SE	
Em. 05 / 04 /83	
Presidente	
FF 111 55 A	
Nesta data ta a sa	
*utos » Comussos [Redacas	
ede & e Organientos	The second of th
vaipo-a. 05.0 04	
.46 1950	
· The second	
PAMADA NE VERENDO	
CAMARA DE VEREADORES	» I no
APROVADO	
Em 11 104,83 1ª Direus	a)
Ata (s) ne	

CAMARA DE VEREADORES

CAMARA DE VEREADORES

APROVADO Em 25/04/80 20 N. APROVADO Em 02/05/222 Narial N

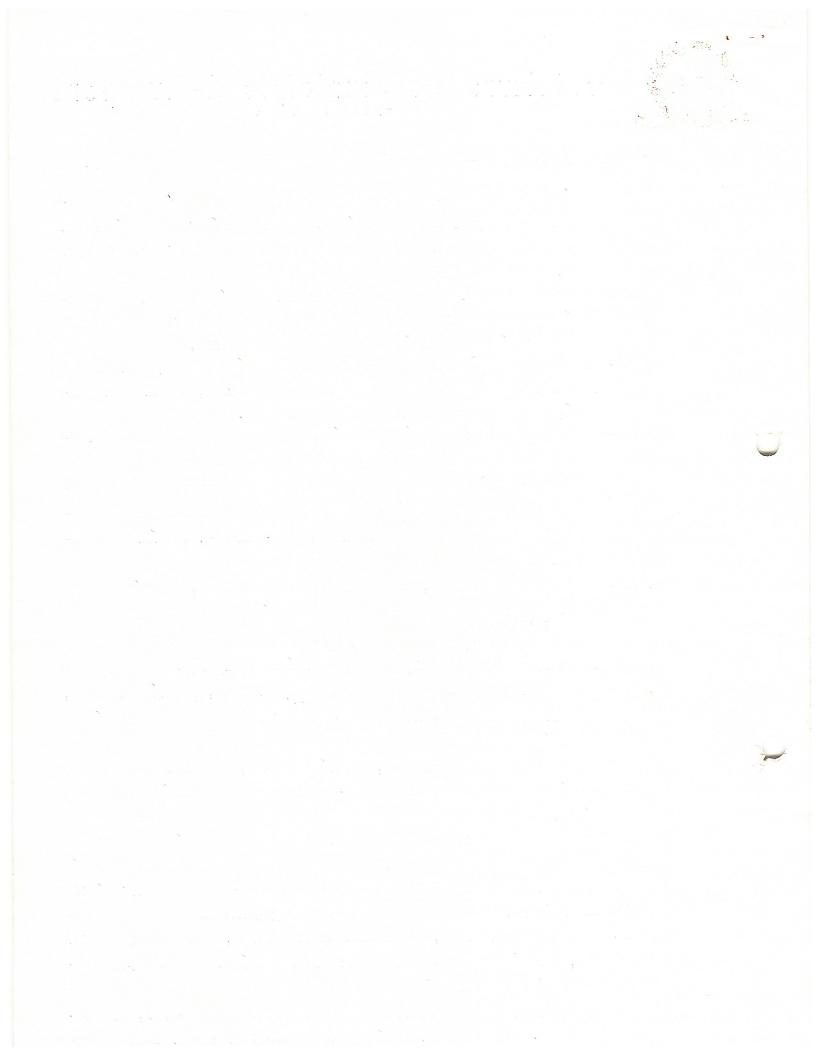


BSTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 308/83 - continuação

F1. 02

- no órgão competente, o Plano de execução dos serviços e obras, dele constando os prazos para início, as características técnicas, preços e conclusão dos serviços e obras e demais exigências legais.
- § 1º Aprovado o Plano, o Executivo Municipal, através do SASP, comparecerá como interveniente nos respectivos contratos, firmados entre os proprietários dos imóveis e a firma empreiteira.
- § 2º Fica reservado à Prefeitura Municipal, através do SASP, o direito de fiscalização das obras e dos serviços contratados, a qual os impugnará, em sendo desobedecido o Plano aprovado.
- § 3º A firma empreiteira será responsável pelos serviços e obras durante o prazo de 12 (doze) meses, contados da conclusão das mesmas, refazendo-os, às suas expensas, no prazo de 3 (três) meses da constatação, pelo Departamento de Obras e Viação da Prefeitura e Serviço Autônomo de Saneamento e Pavimentação SASP -, de vício ou defeito.
- Art. 4º Na execução das obras, fica a Prefeitura Municipal, através do SASP, autorizada a prestar serviços com máquinas e equipamentos de sua propriedade, bem como a adquirir e repassar materiais mediante remuneração a preços vigentes no Município ou região.
- Art. 5º Para os trechos nos quais a Prefeitura Municipal, através do SASP, expedir ordens de serviço e em que a aceitação dos proprietários dos imóveis tenha atingido somente a 60% (sessenta por cento), fica o Poder Executivo Municipal, através do SASP, autorizado a absorver os débitos restantes, liquidando-os diretamente junto à Concesssio nária.
 - § 1º Ocorrendo o previsto neste artigo, fica a Concessionária obrigada a fazer prova, por escrito, perante o Executivo Municipal, através do SASP, das discordâncias que se constarem entre os proprietários dos imóveis.
 - § 2º Na ocorrência, ainda, do previsto neste artigo, a Prefeitura Municipal, através do SASP, a fim de liquidar os débitos para com a Concessionária, utilizará os valores correspondentes ao custo dos serviços prestados de conformidade com o artigo 4º desta Lei, complementando-os com recursos próprios, quando forem insuficientes para





Projeto de Lei nº 308/83 - Continuação



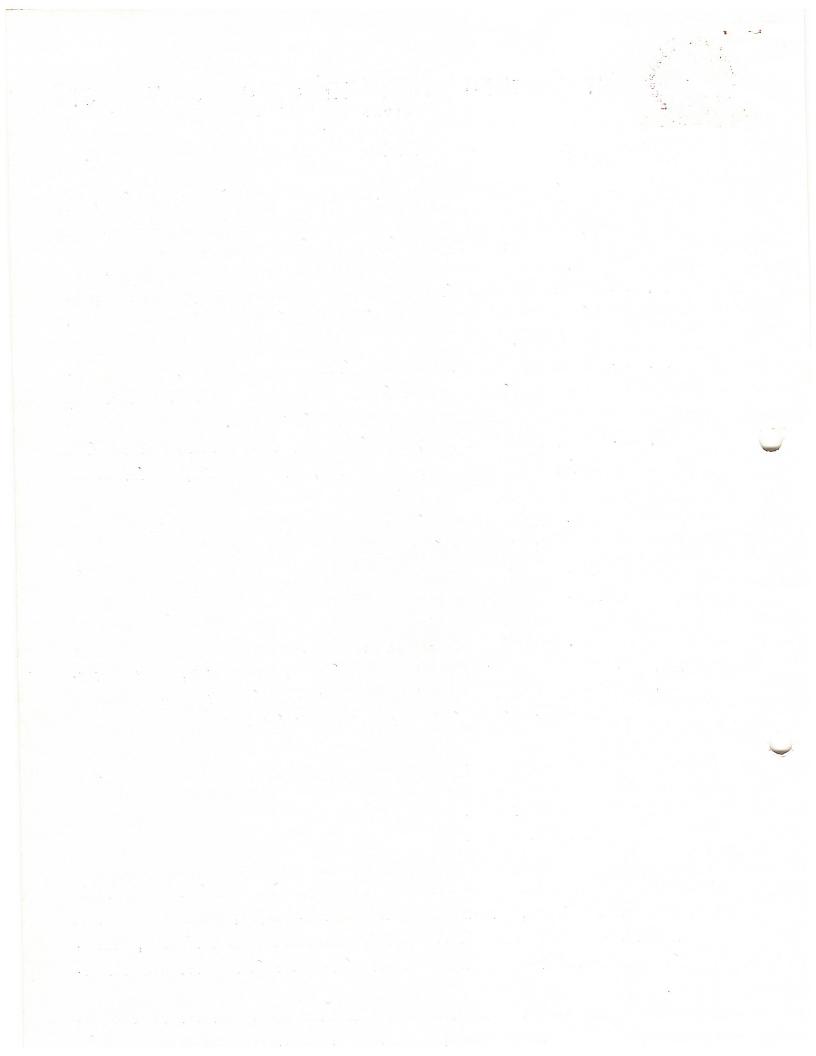
- \S 3º Os débitos quitados pela Municipalidade junto à Concessionária, pre vistos neste artigo, serão cobrados pela Prefeitura Municipal, atra vés do SASP, dos proprietários de imoveis beneficiados, na forma da Lei.
- Art. 6º A pavimentação asfáltica nos cruzamentos de ruas e/ou avenidas, sera rateada entre os proprietarios de imoveis, sem ônus para a Municipalidade.
- Art. 7º Os serviços de pavimentação asfáltica e demais obras, quando executados em próprios do Município, do Estado ou da União, serão custea dos pela Prefeitura Municipal, através do SASP.
- Art. 8º A Prefeitura Municipal, através do SASP e por Edital, notificara os municipes do teor do Plano de Obras, nele constando, no minimo, os seguintes elementos:
 - I delimitação das áreas a serem beneficiadas com o Plano e relação dos imoveis nelas compreendidos:
 - II memorial descritivo dos projetos;
 - III orçamento e custo das obras:
 - IV parcela de rateio e
 - V condições e locais de pagamento.
- Art. 9º Revogadas as disposições em contrario e, em especial, a Lei Municipal nº 298/76, de 03/10/76, esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação no Órgão Oficial do Município.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Nobres Vereadores:

Temos a satisfação e a honra de submeter a respeitavel dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei nº 308/83, que autoriza este Executivo a fazer a concessão dos serviços de pavimentação asfáltica, ves de contratos diretos entre os proprietarios de imoveis e firma empreiteira.

Trata-se de um Projeto que vai ao encontro dos mais altos interesses da comunidade ivaiporaense, que carece desse melhoramento urbano em inime





Projeto de Lei nº 308/83 - continuação

F1. 04

ram, quase nada ou muito pouco fizeram em matéria de pavimentação. disso está na gestão anterior à nossa, quando foram executadas tão 22.000 m2 de ruas pavimentadas.

Exemplo somente

O fato de pretendermos efetuar a execução de tais obras através um plano comunitário e por firma especializada no ramo, prende-se as seguintes razões:

- 1) O Serviço Autônomo de Saneamento e Pavimentação SASP -, esta devidamente equipado para executar pavimentação em ritmo mais pois não possui nem trator de esteiras e nem motoniveladora para os trabalhos de remoção de terras. Aqueles que pertencem à Municipalidade, não estão tendo condições de atender satisfatoriamente a conservação de nossas estradas, pois herdamos verdadeiras sucatas em termos de maquinarios. Também não possui SASP, caminhoes basculantes para o transporte de materiais necessários à execução da base asfáltica.
- 2) O SASP não tem condições de cobrar dos proprietários de imoveis em mais do que seis parcelas, enquanto que as firmas empreiteiras podem fazêlo em até vinte e quatro meses, financiando ou descontando os títulos em Bancos. O SASP, por Lei, não está autorizado a fazer operações bancarias.
- 3) As firmas empreiteiras, devido à sua especialidade no ramo, executam esses serviços a custos mais baixos, pois devido ao alto volume de compras que fazem, adquirem a pedra britada a menores preços, bem como a areia, cimento e os demais materiais destinados à pavimentação, além de material humano altamente especializado e treinado para esse fim, o que, sem duvida alguma, lhes da condições plenas de temem custos abaixo dos nossos.
- 4) A cota minima para compra de asfalto é de 20.000 litros, à vista, à razão de Cr\$ 1.500.000,00. A precária situação financeira por que passa atualmente a Municipalidade, impede-nos de fazer tais aquisições.

Por outro lado, configurar-se-ão como infundadas, possíveis alegações sobre a falta de razões para a existência do SASP, com o asfalto sendo executado na forma aqui proposta. A esse respeito, esclarecemos aos nobres Edis, que é nossa intenção fazer, através daquela Autarquia e paralelamente ao projeto comunitário, as obras de pavimentação nas ruas e avenidas consideradas mais fáceis, além de que iremos executar as obras de galerias pluviais e construção de meios-fios e sarjetas, o que demanda em bastante tempo e ocude uma razoavel man-de-ohra. Na maioria das ruas a serem pavimentadas,



Projeto de Lei nº 308/83 - continuação

F1. 05

0.60 m de diâmetro, são gastos um saco de cimento e outros materiais, que dão um custo total de Cr\$ 2.700,00 por unidade. Centenas deles serão ocupados execução das referidas obras.

Por ultimo, esclarecemos ainda aos ilustres Vereadores, que, confor me preve o Projeto em questão, o pagamento da pavimentação de areas que venham a ser de responsabilidade da Prefeitura, será feito pelo SASP a empreitei ra, através da cessão do nosso maquinário disponível, veículos e mão-de-obra, não ficando, desta maneira, nada ocioso.

Estamos certos de que Vossas Excelências, com as considerações aqui feitas e, principalmente, pelo seu alto espírito público e profundo interesse pelo bem-estar do nosso povo, haverão de nos honrar com sua aprovação ao presente Projeto, pelo que antecipamos nossos agradecimentos, reiterando protestos de estima e consideração.

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XXI DA INSTALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mes de março do ano de mil, novecentos e oitenta e três. Cour Glesier

> FLÁVIO PEREIRA TEIXEIRA Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor Vereador FLÁVIO MARTINS DE PROENÇA Dignissimo Presidente da Câmara de Vereadores de Ivaiporã Nesta Cidade